

Guia de práticas pedagógicas inclusivas: uma experiência de extensão universitária

Lilian Késia Muniz de Souza¹

Luíze Caroline Winter²

Rafael Cavalcante Boeira Bespalec³

Jaqueline Siqueira dos Santos⁴

Paola Amancio Favareto⁵

Maria Lourdes de Moura⁶

Resumo: Este trabalho apresenta a sistematização de uma experiência acadêmica vivenciada por uma turma do Curso de Licenciatura em Educação Especial Inclusiva – PARFOR EQUIDADE da Unioeste, Campus de Toledo, por meio de um projeto de extensão. A atividade consistiu na elaboração de um guia prático para educadores, com foco em práticas pedagógicas inclusivas, a partir de uma revisão de literatura realizada na disciplina de Formação de Professores para Educação Especial Inclusiva. A pesquisa abrangeu publicações entre 2014 e 2024, utilizando bases como *Scielo* e *Google Acadêmico*, e priorizou termos

¹Mestre em Educação pelo Programa de Pós-graduação em educação da Universidade Estadual do Oeste do Paraná, e doutoranda em Educação pelo Programa de Pós-graduação em educação da Universidade Estadual de Maringá (PPGE). Lattes: <http://lattes.cnpq.br/6363100297979817>. Orcid: <https://orcid.org/0009-0006-8623-4685>. E-mail: lilian.souza2@unioeste.com.

²Graduanda em Educação Especial e Inclusiva pela UNIOESTE, campus de Toledo/Pr. Lattes: <https://lattes.cnpq.br/7036533071704286>. Orcid: <https://orcid.org/0009-0009-8649-3187>. E-mail: carolineojornal@gmail.com

³Graduando em Educação Especial e Inclusiva pela UNIOESTE, campus de Toledo/Pr. Lattes: <https://lattes.cnpq.br/9709848666196715>. Orcid: <https://orcid.org/0009-0009-4695-4786>. E-mail: rafael.bespalec@unioeste.br

⁴ Graduanda em Educação Especial e Inclusiva pela UNIOESTE, campus de Toledo/Pr. Lattes: <https://lattes.cnpq.br/8458338880691575>. Orcid: <https://orcid.org/0009-0000-5633-2782>. Email: s.siqueirajaqueline@gmail.com

⁵ Graduada em Educação Física/Licenciatura pela UNIOESTE, campus de Marechal Cândido Rondon/Pr. Lattes: <https://lattes.cnpq.br/0777555337520646>. Orcid: <https://orcid.org/0009-0008-9584-464X>. Email: paolafavareto14@outlook.com

⁶ Doutorado em Letras pelo Programa de Pós-graduação em Letras PPGL, pela Universidade Estadual do oeste do Paraná - Unioeste. Lattes: <http://lattes.cnpq.br/2626832732460366> . ID Lattes: 2626832732460366. E-mail: maria.moura3@unioeste.br

relevantes à inclusão escolar. Os resultados evidenciaram a importância da personalização do ensino, uso de tecnologias assistivas, valorização da diversidade e formação contínua docente. O guia foi entregue à Secretaria Municipal de Educação de Toledo em formato físico e digital, durante visita técnica ao CIPE. A experiência buscou contribuir para a qualificação das práticas pedagógicas e para a construção de uma educação mais inclusiva e equitativa.

Palavras-chave: Educação inclusiva; Práticas Pedagógicas; Formação docente.

Guide to inclusive pedagogical practices: a university extension experience

Abstract: This paper presents the systematization of an academic experience developed by a class from the Bachelor's Degree in Inclusive Special Education – PARFOR EQUIDADE at Unioeste, Toledo Campus, through an extension project. The activity consisted of creating a practical guide for educators, focused on inclusive pedagogical practices, based on a literature review carried out in the course “Teacher Education for Inclusive Special Education.” The research covered publications from 2014 to 2024, using databases such as *Scielo* and *Google Scholar*, prioritizing terms relevant to school inclusion. The results highlighted the importance of personalized teaching, the use of assistive technologies, valuing diversity, and the continuous professional development of teachers. The guide was delivered to the Municipal Department of Education of Toledo in both print and digital formats during a technical visit to CIPE. The experience aimed to contribute to the improvement of pedagogical practices and to the development of a more inclusive and equitable education.

Keywords: Inclusive education. Pedagogical practices. Teacher education.

Introdução

A educação inclusiva representa uma importância fundamental no que se refere ao contexto educacional, sobretudo, na contemporaneidade. Com os avanços legislativos relacionados aos direitos dos alunos com necessidades específicas no ambiente acadêmico, a educação inclusiva torna-se uma prática essencial dentro das escolas e salas de aulas. Com o advento da modernidade, bem como os avanços legislativos, os estudantes com deficiência e por conseguinte com necessidades educacionais específicas estão adentrando ao espaço escolar e fazendo uso dos seus direitos ao acesso à educação, sendo assim, a educação inclusiva torna-se necessária para suprir as demandas dos discentes público-alvo da educação inclusiva. A LEI Nº 13.146 de 6 de julho de 2015, instituiu a lei brasileira de inclusão da pessoa com deficiência. Seguindo o que a lei determina, o cenário educacional inclusivo entra nesse contexto com o objetivo de proporcionar, assegurar e garantir aos alunos com deficiência um ambiente acolhedor e equitativo no que diz respeito ao seu desenvolvimento pleno, tanto do quesito didático como no ambiente escolar como um todo, a fim de propiciar a esses estudantes a garantia de oportunidades e desenvolvimento biopsicossocial (Brasil, 2015).

As práticas pedagógicas, nesse contexto, desempenham um papel fundamental para promover o desenvolvimento integral dos alunos e apoiar seu progresso acadêmico, pois serão elas que contribuirão para o crescimento pleno dos discentes no que concerne ao seu progresso estudantil; as estratégias educacionais empregadas são essenciais para atender às necessidades individuais de cada discente, uma vez que a educação inclusiva não se resume a uma questão de acesso, mas de participação ativa, onde cada aluno é protagonista do seu próprio processo de aprendizagem.

Dessa forma, as práticas pedagógicas tornam-se indispensáveis para uma educação inclusiva, eficaz e transformadora. No cenário atual, em que a valorização das diferenças é cada vez mais reconhecida como um caminho para o desenvolvimento humano, as práticas pedagógicas inclusivas assumem um papel central, tais práticas compreendem a adaptação dos métodos de ensino, o uso de tecnologias assistivas, o suporte especializado e a criação de ambientes, permitindo que cada aluno, com ou sem deficiência, possa alcançar o máximo de seu potencial.

As práticas pedagógicas inclusivas podem ser compreendidas como um conjunto de estratégias, metodologias e abordagens educacionais voltadas para atender às necessidades individuais de todos os estudantes, com atenção especial ao público-alvo da Educação Especial. Essas práticas têm como objetivo principal eliminar barreiras de acesso, participação e aprendizagem, promovendo a igualdade de oportunidades e assegurando que cada aluno desenvolva plenamente suas potencialidades em um ambiente escolar inclusivo.

Em relação à Educação Especial, a implementação das Salas de Recursos Multifuncionais se destaca como um exemplo de prática pedagógica inclusiva que possui papel fundamental para o processo de escolarização destinado ao público do Atendimento Educacional Especializado (AEE). Elaborado pelo Ministério da Educação (MEC), no ano de 2007, o Programa Nacional de Salas de Recursos Multifuncionais surge para “apoiar a organização da educação especial na perspectiva da educação inclusiva; assegurar o pleno acesso dos estudantes público-alvo da educação especial no ensino regular em igualdade de condições com os demais estudantes; disponibilizar recursos pedagógicos e de acessibilidade às escolas regulares da rede pública de ensino; e promover o desenvolvimento profissional e a participação da comunidade escolar” (Brasil, 2012).

Embora necessite de constantes aprimoramentos, como qualquer política de prestação de serviços, o programa é uma importante prática pedagógica destinada para o desenvolvimento de uma comunidade escolar e uma sociedade cada vez mais inclusivas, onde o docente apresenta relevante papel de mediar as potencialidades do aluno com necessidades educacionais especiais.

No cenário contemporâneo, a inclusão educacional ganhou relevância com marcos legais importantes, como a Declaração de Salamanca (1994), que reforça o direito de alunos com necessidades educacionais específicas de frequentarem escolas regulares. No Brasil, legislações como a Constituição Federal de 1988, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB, Lei nº 9.394/96), a Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva Inclusiva (2008) e a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Lei nº 13.146/2015) consolidam o compromisso do país em construir um sistema educacional inclusivo, garantindo a todos o direito à educação em igualdade de condições. Essas práticas pedagógicas vão além da simples adaptação de conteúdos curriculares. Elas englobam uma abordagem ampla, que inclui a

transformação de ambientes físicos e sociais, o uso de tecnologias assistivas, o fortalecimento do trabalho colaborativo entre professores do ensino regular e da Educação Especial, assim como a promoção de uma cultura escolar que valorize a diversidade. Entre as principais ações das práticas inclusivas destacam-se: adaptação e flexibilização curricular; utilização de tecnologias assistivas; criação de ambientes acessíveis; formação continuada de professores; e incentivo ao protagonismo estudantil.

O contexto atual da educação inclusiva evidencia a necessidade urgente de uma mudança de paradigmas, na qual a diversidade seja reconhecida como um valor intrínseco para o desenvolvimento humano. Assim, as práticas pedagógicas inclusivas tornam-se indispensáveis para a construção de uma escola que respeite as singularidades e assegure o direito à aprendizagem de todos. A inclusão não deve limitar-se ao acesso, mas também deve garantir a permanência e o sucesso escolar, contribuindo para a formação de cidadãos críticos, autônomos e conscientes de seus direitos, capazes de viver plenamente em sociedade.

Diante disto, este trabalho apresenta uma experiência acadêmica vivenciada a partir de um projeto de extensão. A execução do projeto contou com uma revisão de literatura realizada pela turma do Curso de Licenciatura em Educação Especial Inclusiva - PARFOR EQUIDADE, da Unioeste, Campus de Toledo, na disciplina de Formação de Professores para Educação Especial Inclusiva.

A atividade desenvolvida no projeto de extensão teve como objetivo engajar os acadêmicos no envolvimento direto com a pesquisa sobre a temática da educação especial inclusiva e como resultado, construir um guia voltado a educadores, com foco em práticas pedagógicas inclusivas. A inclusão escolar, assegurada por marcos legais como a Lei Brasileira de Inclusão (2015) e a Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (2008), ainda enfrenta desafios na implementação de estratégias que garantam o aprendizado equitativo para todos os estudantes. Diante disto, a revisão de literatura foi conduzida em bases acadêmicas amplamente reconhecidas, como *Scielo* – Brasil e *Google Acadêmico*, que oferecem acesso a artigos, teses e dissertações de alta qualidade na área educacional.

O material elaborado, propôs um olhar crítico e reflexivo sobre as barreiras que limitam o acesso e a permanência de estudantes com deficiência no ambiente escolar. Com isso, busca sensibilizar e engajar

professores do ensino regular e da educação especial para a construção de uma prática pedagógica alinhada aos princípios da equidade, diversidade e inclusão.

Ao estabelecer uma ponte entre teoria e prática, este material buscou oferecer uma contribuição significativa para o fortalecimento da Educação Especial Inclusiva no sistema regular de ensino. Além disto, seu objetivo foi incentivar a superação de paradigmas excludentes, promovendo uma transformação efetiva na cultura escolar. Propondo, assim, a construção de uma escola que acolha e valorize a diversidade, garantindo a todos os alunos um espaço de aprendizado acessível, equitativo e inclusivo, onde suas potencialidades sejam plenamente reconhecidas e desenvolvidas.

Documentos Internacionais, Legislação e Diretrizes Nacionais Que Assumem o Compromisso Com a Construção de Sistemas Educacionais Inclusivos

A consolidação de sistemas educacionais inclusivos exige o comprometimento institucional com políticas públicas que garantam o acesso, a participação e a aprendizagem de todos os estudantes, respeitando suas singularidades. Para isso, legislações e diretrizes nacionais e internacionais têm assumido um papel fundamental ao estabelecer princípios orientadores que reconhecem a diversidade como um valor e apontam para a superação de práticas excludentes historicamente presentes no contexto escolar.

Tais normativas reforçam a necessidade de reorganizar as propostas pedagógicas, eliminar barreiras atitudinais, arquitetônicas e comunicacionais, além de promover a formação continuada de educadores, assegurando condições para uma educação de qualidade pautada na equidade e na justiça social. Dessa forma, a construção de ambientes escolares inclusivos passa a ser compreendida como responsabilidade coletiva e contínua, envolvendo gestores, docentes, estudantes e a comunidade em geral.

Ao longo da disciplina de Formação de Professores para a Educação Especial Inclusiva, os acadêmicos puderam conhecer e analisar os instrumentos jurídicos que fundamentam e orientam a construção de sistemas educacionais inclusivos, reconhecendo seu papel na garantia do

direito à educação para todos. A seguir, apresentamos os principais documentos que expressam esse compromisso e oferecem diretrizes para a promoção de práticas pedagógicas voltadas à inclusão (Quadro 1 e 2).

Quadro 1. Documentos internacionais

Ano	Documentos
1948	➤ Declaração Universal dos Direitos Humanos.
1990	➤ Declaração de Jomtien.
1994	➤ Declaração de Salamanca.
1999	➤ Convenção de Guatemala.
2006	➤ Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência.

Fonte: Dados organizados pelos autores

Quadro 2. Documentos internacionais

Ano	Documentos
1988	➤ Constituição Federal – No artigo 208, estabelece como dever do Estado garantir o atendimento educacional especializado aos portadores de deficiência, preferencialmente na rede regular de ensino (Brasil, 2016).
1989	➤ Lei nº 7.853/89 – Constitui como crime “recusar, cobrar valores adicionais, suspender, procrastinar, cancelar ou fazer cessar inscrição de aluno em estabelecimento de ensino de qualquer curso ou grau, público ou privado, em razão de sua deficiência” (Brasil, 1989).
1990	➤ O Estatuto da Criança e do Adolescente, Lei nº 8.069, promulgada em 13 de julho de 1990, dispõe, em seu Art. 3º, que “a criança e o adolescente gozam de todos os direitos fundamentais inerentes à pessoa humana, sem prejuízo da proteção integral de que trata esta Lei, assegurando-lhes por lei, todas as oportunidades e facilidades, a fim de lhes facultar o desenvolvimento físico, mental, moral, espiritual e social, em condições de liberdade e de dignidade” (Brasil, 1990).
1994	➤ Política Nacional de Educação Especial – dispõe sobre o acesso às classes comuns do ensino regular por alunos que demonstrem condições de acompanhar as atividades da turma (Brasil, 1994).

-
- 1996** ➤ Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) – Lei nº 9.394/96 – Considera a existência, quando necessário, de “serviços de apoio especializado, na escola regular, para atender às peculiaridades da clientela de educação especial” e, ainda, que “o atendimento educacional será feito em classes, escolas ou serviços especializados, sempre que, em função das condições específicas dos alunos, não for possível a sua integração nas classes comuns de ensino regular” (Brasil, 1996, p. 18).
- 1999** ➤ Decreto nº 3.298/99 – Regulamenta a Lei nº 7.853/89 e dispõe sobre a Política Nacional para a Integração da Pessoa Portadora de Deficiência. Preconiza “a inclusão, no sistema educacional, da educação especial como modalidade de educação escolar que permeia transversalmente todos os níveis e as modalidades de ensino” (Brasil, 1999, p. 7).
- 2001** ➤ Resolução CNE/CEB nº 2/2001 – Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica – “Os sistemas de ensino devem matricular todos os alunos, cabendo às escolas organizarem-se para o atendimento aos educandos com necessidades educacionais especiais, assegurando as condições necessárias para uma educação de qualidade para todos” (Brasil, 2001, p. 1a).
- Lei nº 10.172/01 – Plano Nacional de Educação (PNE) – Apresenta diagnóstico, diretrizes, objetivos e metas para a Educação Especial, entre outros (Brasil, 2001b).
- Convenção da Guatemala (1999) – Decreto nº 3.956/01 – Promulga a Convenção Interamericana para a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra as Pessoas Portadoras de Deficiência (Brasil, 2001c).
- 2002** ➤ Resolução CNE/CP nº 1/2002 – Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação de Professores da Educação Básica – Formação voltada ao atendimento de alunos com necessidades educacionais especiais (Brasil, 2002a).
- 2** ➤ Lei nº 10.436/02 – Reconhecimento, como meio legal de comunicação e expressão, da Língua Brasileira de Sinais (Libras) (Brasil 2002b).
- Portaria nº 2.678/02 – Aprova o projeto da Grafia Braille para a Língua Portuguesa (Brasil, 2002c).
- 2005** ➤ Decreto nº 5.626/05 – Dispõe da inclusão da Libras como disciplina curricular, da formação do professor e do instrutor de Libras, entre outros, com vistas à inclusão do aluno surdo (Brasil, 2005).
-

200 7	➤ Plano Nacional de Educação em Direitos Humanos (Brasil, 2007a). ➤ Decreto nº 6.094/07 – Dispõe sobre a implementação do Plano de Metas Compromisso Todos pela Educação. Entre as diretrizes, está “garantir o acesso e permanência das pessoas com necessidades educacionais especiais nas classes comuns do ensino regular, fortalecendo a inclusão educacional nas escolas públicas” (Brasil, 2007b). ➤ Portaria Normativa nº 13/07 – Dispõe sobre a criação do “Programa de Implantação de Salas de Recursos Multifuncionais” (Brasil, 2007c).
200 8	➤ Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva – Apresenta as diretrizes que respaldam políticas públicas voltadas à inclusão escolar (Brasil, 2008*). ➤ Decreto nº 6.571/08 – Dispõe sobre o atendimento educacional especializado – Revogado pelo Decreto nº 7.611/11 (Brasil, 2008b).
200 9	➤ Resolução CNE/CEB nº 4/2009 – Institui Diretrizes Operacionais para o Atendimento Educacional Especializado na Educação Básica, modalidade Educação Especial (Brasil, 2009a). ➤ Decreto nº 6.949, de 25 de agosto de 2009, promulga a Convenção Internacional sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência e seu Protocolo Facultativo, assinados em Nova York, em 30 de março de 2009 (Brasil, 2009b).
2014	➤ Plano Nacional de Educação (PNE) – Lei nº 13.005/14, estabelece metas e estratégias para a efetivação do sistema educacional inclusivo em todos os níveis, etapas e modalidades (Brasil, 2014).
2015	➤ Lei nº 13.146, que institui a LBI, Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência, também denominada Estatuto da Pessoa com Deficiência, a qual veio adequar a legislação brasileira ao disposto na Convenção da ONU, adotando esse novo conceito de pessoa com deficiência (Brasil, 2015).

Fonte: Dados organizados pelos autores.

O conjunto normativo evidencia o avanço progressivo da legislação brasileira no reconhecimento do direito à educação para pessoas com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades/superdotação. Observa-se uma consolidação de princípios que vão desde a garantia do acesso até a efetivação de práticas pedagógicas inclusivas, com ênfase na participação plena dos sujeitos no processo educacional.

Mais do que uma simples regulamentação, essas normativas expressam um compromisso ético, social e político com a promoção da equidade no campo educacional, impulsionado, em grande parte, pelas lutas e reivindicações dos movimentos sociais das pessoas com deficiência. Esses movimentos desempenharam papel fundamental na formulação de políticas públicas e na ampliação da consciência coletiva sobre os direitos da pessoa com deficiência.

No entanto, para De Moura Macagnan (2021, p. 174) “É preciso que a sociedade compreenda a pessoa com deficiência, respeitando os seus direitos e auxiliando para que os movimentos pela efetivação de políticas públicas governamentais aconteçam cada vez mais, para que a legislação não fique apenas na teoria, mas esteja em consonância com a prática”. Portanto, torna-se imprescindível que as ações educativas e institucionais estejam alinhadas aos princípios da inclusão, superando práticas meramente formais ou simbólicas. A efetivação das políticas públicas requer não apenas a existência de marcos legais, mas também o engajamento contínuo da sociedade civil, da gestão pública e das instituições educacionais na construção de uma cultura de respeito à diversidade e de garantia de acessibilidade plena. Assim, a inclusão passa a ser compreendida como um processo coletivo e contínuo, no qual o reconhecimento e a valorização das diferenças constituem elementos centrais para a transformação social.

Resultados e discussão

A revisão de literatura desenvolvida pelo coletivo de acadêmicos, buscou compilar conhecimentos teóricos e relatos práticos acerca de estratégias pedagógicas voltadas à inclusão, oferecendo uma visão ampla e atualizada sobre relevantes produções acadêmicas e vivências no contexto educacional relacionadas a essa temática.

Para identificar materiais relevantes ao tema, foram utilizadas combinações de palavras-chave como educação inclusiva, práticas pedagógicas inclusivas, tecnologias assistivas, adaptação curricular, formação de professores, educação especial no Brasil e alfabetização inclusiva etc. Esses termos foram selecionados com base em sua importância e pertinência para a abordagem inclusiva. A análise priorizou publicações realizadas no período de 2014 a 2024, abrangendo avanços

recentes em legislações e práticas educacionais voltadas à inclusão. Esse recorte temporal garantiu a atualização e a contemporaneidade das informações compartilhadas.

Inicialmente, foram classificados 27 trabalhos. No entanto, aplicou-se como critério de exclusão os trabalhos que não apresentavam práticas pedagógicas desenvolvidas exclusivamente no contexto da escola comum. Após essa triagem, os temas abordados nos trabalhos selecionados foram categorizados e organizados em seis temáticas.

Deste modos, o Quadro 3 apresenta os títulos dos trabalhos analisados, distribuídos conforme classificação temática.

Quadro 3. Resultados da revisão sistemática

Categoria Temática		Título	A
1.	Estratégias didáticas e metodológicas inclusivas	Mapeamento das estratégias inclusivas para estudantes com deficiência intelectual e autismo.	2
2.		Perspectiva docente e estratégias didáticas inclusivas no ensino de alunos com Síndrome de Down.	2
3.		O desenho universal para a aprendizagem na formação de professores: da investigação às práticas inclusivas.	2
4.		Desafios no processo de educação inclusiva para crianças com transtorno do espectro autista	2
5.	Utilização de tecnologia assistiva no processo de ensino-aprendizagem	Tecnologia Assistiva e Educação Matemática: experiências de inclusão no ensino e aprendizagem da Matemática nas deficiências visual, intelectual e auditiva. Revista de Educação Matemática.	2
6.		Tecnologias assistivas na educação inclusiva.	2

7.		Tecnologias Assistivas no Ensino de Física para Alunos com Deficiência Visual: um estudo de caso baseado na audiodescrição	2
8.	Formação de professores e o desenvolvimento de competências inclusivas	Política de educação especial: Considerações sobre Público-alvo, formação de professores e financiamentos.	2
9.		A Educação Especial na Formação de Professores: um Estudo sobre Cursos de Licenciatura em Pedagogia	2
10.		Atitudes Sociais de Professores em Relação à Inclusão: Formação e Mudança	2
11.	Trabalho colaborativo entre profissionais da educação e atendimento educacional especializado (AEE)	Ensino colaborativo para o apoio a inclusão escolar: práticas colaborativas entre os professores.	2
12.		Desconstruindo Representações Sociais: por uma cultura de colaboração	2
13.		Trabalho colaborativo entre professores do ensino regular e da educação especial.	2
14.	Alfabetização na Educação Especial Inclusiva	Utilização de jogos para alfabetização e letramento na Educação Especial.	2
15.		Alfabetização dos alunos público alvo da Educação Especial: dificuldades dos professores no ensino regular.	2
16.		Alfabetização científica na Educação Infantil, tendo em vista uma proposta inclusiva.	2
17.	Adaptações curriculares	Flexibilização e Adaptação	2

	Curricular: desafios dos sistemas de ensino para equilibrar o comum e o individual em contextos inclusivos?	
18.	Perfil dos estudos feitos sobre adaptação curricular no âmbito da escola regular	2
19.	A Educação Especial e os Cursos Técnicos: a Visão dos Docentes sobre os Processos de Adaptação Curricular	2

Fonte: Dados organizados pelos autores.

A revisão sistemática realizada permitiu a organização de um conjunto diversificado de estudos acadêmicos voltados para a educação inclusiva, agrupados em seis categorias temáticas que refletem os principais eixos de discussão e prática na área.

Observa-se que a categoria Estratégias didáticas e metodológicas inclusivas concentra pesquisas que abordam recursos e métodos aplicados ao ensino de estudantes com diferentes deficiências, destacando a importância de práticas pedagógicas adaptadas e centradas nas necessidades dos alunos. Já o eixo Utilização de tecnologia assistiva reúne investigações sobre como dispositivos e recursos tecnológicos podem favorecer o acesso ao conhecimento, especialmente em disciplinas como Matemática e Física.

A categoria Formação de professores e o desenvolvimento de competências inclusivas evidencia a preocupação com a preparação docente para atuar em contextos heterogêneos, abordando desde políticas públicas até aspectos relacionados às atitudes e práticas profissionais. Por sua vez, os estudos sobre Trabalho colaborativo entre profissionais da educação e atendimento educacional especializado (AEE) reforçam a relevância do planejamento conjunto e da cooperação entre diferentes atores escolares para efetivar a inclusão.

No campo da alfabetização, identificam-se pesquisas voltadas tanto para o desenvolvimento de estratégias específicas no processo de ensino-aprendizagem quanto para a identificação das dificuldades enfrentadas por professores na prática cotidiana. Por fim, a categoria Adaptações curriculares discute os desafios e possibilidades de

flexibilização do currículo em prol de percursos formativos mais equitativos para estudantes público-alvo da educação especial.

De modo geral, a revisão evidencia a pluralidade de enfoques e a ampliação dos debates acadêmicos sobre inclusão nos últimos anos, oferecendo subsídios teóricos e práticos relevantes para a qualificação das práticas pedagógicas e para a consolidação de sistemas educacionais verdadeiramente inclusivos.

Considerações Finais

Este trabalho apresentou os resultados de uma experiência de extensão universitária desenvolvida por um grupo de acadêmicos do Curso de Licenciatura em Educação Especial Inclusiva - PARFOR EQUIDADE, da Unioeste, Campus de Toledo, na disciplina de Formação de Professores para Educação Especial Inclusiva, sob a orientação da docente Lilian Késia Muniz de Souza. A iniciativa teve como objetivo contribuir para o fortalecimento das práticas pedagógicas inclusivas no contexto escolar.

A partir dessa vivência acadêmica, foi possível elaborar o Guia de Práticas Pedagógicas Inclusivas, que buscou, entre outros objetivos, oferecer suporte teórico e prático aos educadores da Educação Especial Inclusiva, reunindo estratégias, metodologias e recursos voltados à promoção de um ensino acessível e equitativo para todos os estudantes.

A experiência proporcionou não apenas o aprofundamento de conhecimentos teóricos por meio da revisão de literatura, mas também a construção coletiva de propostas aplicáveis ao cotidiano escolar, destacando a importância do uso de tecnologias assistivas, das adaptações curriculares e da formação continuada dos profissionais da educação.

Com isso, reafirma-se que a inclusão escolar ultrapassa a ideia de acesso físico ao espaço escolar, exigindo a garantia da participação plena e significativa dos estudantes, o reconhecimento das suas singularidades e a promoção de condições igualitárias de aprendizagem.

Nesse sentido, a troca de saberes e a articulação entre professores da educação regular e da educação especial emergem como estratégias fundamentais para o enfrentamento das barreiras que ainda persistem no ambiente escolar. Assim, a cartilha elaborada a partir desta ação

extensionista pretende ser uma ferramenta de apoio que incentive práticas pedagógicas inclusivas e colabore para a consolidação de uma escola que acolhe, respeita e valoriza a diversidade.

Dessa forma, compreendemos que a educação inclusiva vai além da adaptação ou da simples presença do aluno na escola. Trata-se de um processo educativo que reconhece o sujeito em sua totalidade e potencialidade, mesmo diante das limitações. Como nos lembra Vygotsky:

A educação da criança deficiente não é mais do que educação social. Exatamente da mesma maneira, também os processos de compensação que são representados nesta criança, sob a influência do defeito, são dirigidos, fundamentalmente, não pela linha de eliminação do defeito (o que é impossível), mas pela linha de reorganização psicológica, de substituição, de nivelamento do defeito, pela conquista da validação social ou por sua aproximação” (Vygotsky, 1989, p. 161-162, *apud* Matos; Tureck, 2022, p. 22).

Essa perspectiva reforça que o papel da escola é construir caminhos para que cada estudante desenvolva suas habilidades em um ambiente que valorize as diferenças e promova a equidade. A verdadeira inclusão, portanto, exige um compromisso coletivo com a transformação da cultura escolar, reconhecendo que o desenvolvimento humano se dá, sobretudo, pelas interações e pela mediação social.

Referências

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília, DF: Presidente da República, 2016. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em 02 julho. 2025.

BRASIL. Lei No 10.172, de 9 de janeiro de 2001. **Aprova o Plano Nacional de Educação e dá outras providências**. Brasília, DF: 2001b

BRASIL. Decreto Nº 3.298, de 20 de dezembro de 1999. Regulamenta a Lei no 7.853, de 24 de outubro de 1989, **dispõe sobre a Política Nacional para a Integração da Pessoa Portadora de Deficiência, consolida as normas de proteção, e dá outras providências**. Brasília, DF: 1999.

BRASIL. Decreto N° 3.956, de 8 de outubro de 2001. **Promulga a Convenção Interamericana para a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra as Pessoas Portadoras de Deficiência.** Brasília, DF: 2001c

BRASIL. Decreto nº 5.626, de 22 de dezembro de 2005. Regulamenta a Lei nº 10.436, de 24 de abril de 2002, que **dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais - Libras**, e o art. 18 da Lei nº 10.098, de 19 de dezembro de 2000. Brasília, DF:2005

BRASIL. Decreto nº 6.094/07, de 24 de abril de 2007. **Dispõe sobre a implementação do Plano de Metas Compromisso Todos pela Educação.** Brasília, DF:2007b

BRASIL. Decreto nº 6.571/08, de 17 de setembro de 2008. **Dispõe sobre o atendimento educacional especializado.** Brasília, DF:2008b

BRASIL. Decreto nº 6.949, de 25 de agosto de 2009. **Promulga a Convenção Internacional sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência e seu Protocolo Facultativo, assinados em Nova York, em 30 de março de 2007.** Brasília, DF:2009b

BRASIL. **Estatuto da criança e do adolescente** (1990). Diário Oficial da União, 1990.

BRASIL. Lei nº 10.436, de 24 de abril de 2002. **Dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais - Libras e dá outras providências.** Brasília, DF:2002b

BRASIL. Lei nº 13.005, de 25 de junho de 2014. **Aprova o Plano Nacional de Educação - PNE e dá outras providências.** Brasília, DF:2014.

BRASIL. Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015. **Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência).** Brasília, DF:2015

BRASIL. Lei nº 7.853, de 24 de outubro de 1989. **Dispõe sobre o apoio às pessoas portadoras de deficiência, sua integração social.** Brasília, DF: 1989.

BRASIL. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. **Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional.** Brasília, DF: MEC/SEESP, 1996.

BRASIL. **Plano Nacional de Educação em Direitos Humanos.**

Brasília, DF:2007a

BRASIL. **Política nacional de educação especial na perspectiva inclusiva**. Brasília, DF: MEC, 2008a

BRASIL. **Política nacional de educação especial**. Brasília: MEC/SEESP, 1994.

BRASIL. Portaria nº 2.678/02, de 24 de setembro de 2002. **Aprova o projeto da Grafia Braille para a Língua Portuguesa**. Brasília, DF: 2002c

BRASIL. Portaria normativa nº- 13, de 24 de abril de 2007. **Dispõe sobre a criação do "Programa de Implantação de Salas de Recursos Multifuncionais**. Brasília, DF:2007c

BRASIL. Resolução CNE/CEB nº 2, de 11 de setembro de 2001. **Institui Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica**. Brasília, DF:2001a

BRASIL. Resolução CNE/CEB nº 4, de 2 de outubro de 2009 - **Institui Diretrizes Operacionais para o Atendimento Educacional Especializado na Educação Básica, modalidade Educação Especial**. Brasília, DF:2009a

BRASIL. Resolução CNE/CP nº 1, de 18 de fevereiro de 2002. **Institui Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação de Professores da Educação Básica, em nível superior, curso de licenciatura, de graduação plena**. Brasília, DF: CNE/MEC. 2002a

DE MOURA MACAGNAN, Silvana dos Santos; DE MOURA BUZIN, Karina dos Santos; TURECK, Lucia Terezinha Zanato. Os movimentos sociais de pessoas com deficiência na luta pela desconstrução cultural: em foco a inclusão social. **Revista da Faculdade de Educação**, p. 159-178, 2021.

MATOS, Neide da Silveira Duarte de; TURECK, Lucia Terezinha Zanato. Educação especial e políticas educacionais: a concepção de aprendizagem e desenvolvimento humano em disputa. **Revista HISTEDBR On-line**, Campinas, SP, v. 22, p. 1–29, 2022. Disponível em: <https://bityli.com/PvAFoA>. Acesso em: 31 mar. 2025.

SALAMANCA, Declaração de. **Conferência mundial sobre necessidades educativas especiais**. Salamanca, 1994.